REDAÇÃO DE COMPROMISSOS ARBITRAIS E ESCOLHA DE IDIOMA E SEDE EM ARBITRAGENS¹

*Carmen Tiburcio*²

Professora Associada de Direito Internacional Privado e de Direito Processual Internacional da Faculdade de Direito da UERJ. Mestre e Doutora em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de Virginia, EUA. Consultora de direito internacional e arbitragem de Barroso Fontelles, Barcellos, Mendonça & Associados.

RESUMO: O trabalho aborda os elementos que as partes devem levar em conta na elaboração da convenção de arbitragem, focando em duas questões principais: o idioma empregado no procedimento e a determinação da sede do tribunal. A escolha do idioma pode facilitar ou dificultar o procedimento arbitral, questão de natureza essencialmente prática, enquanto que a determinação da sede implicará a escolha do juízo competente para a anulação do laudo bem como para a realização de todos os atos de auxílio do tribunal arbitral, questão de alta relevância jurídica. Analisam-se também esses elementos principalmente quando uma das partes é a Administração Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Arbitragem; compromisso arbitral; idioma; sede; administração pública.

ABSTRACT: The paper addresses the elements that the parties should take into account when drafting the arbitration agreement, focusing on two main points: the language to be employed in the procedure and the determination of the seat of the tribunal. The choice of language can facilitate or hinder arbitral proceedings, thus being

¹ O artigo é, com algumas atualizações, decorrente de palestra proferida no X Congresso Internacional do Comitê Brasileiro de Arbitragem.

² A autora gostaria de agradecer o auxílio de Felipe Gomes de Almeida Albuquerque e das bolsistas Luíza Azambuja e Luísa Viana na elaboração deste artigo.

a matter essentially of a practical nature, whereas the determination of the seat will involve choosing the judiciary that will be competent for the annulment of the award and for the support of the arbitral tribunal, making it a matter of a high legal significance. These elements are analyzed also when one of the parties is the Public Administration.

I. INTRODUÇÃO

Muito já se falou sobre o desenvolvimento recente da arbitragem no Brasil. Depois de anos despertando interesse somente para aqueles que estudavam o assunto, a arbitragem passou a ser tema que interessa a todos: acadêmicos, advogados, membros do Judiciário e empresários, principalmente com atuação no comércio internacional. Congressos de arbitragem no Brasil têm recebido um número cada vez maior de participantes, inclusive com a adesão de profissionais estrangeiros, que já enxergam o país como importante centro para a prática arbitral.

Parece inquestionável que a promulgação da Lei de Arbitragem de 1996 foi fundamental para esse cenário. A lei veio atender aos anseios daqueles que estudavam o assunto e dos que procuravam uma alternativa mais ágil a um Judiciário sobrecarregado e com inúmeros problemas. Após um início pouco promissor – devido à discussão no Supremo Tribunal Federal acerca da possível inconstitucionalidade da lei – esta foi considerada constitucional na sua integralidade, um estímulo inegável para que as partes venham a considerar a alternativa de levar os seus litígios à arbitragem e não ao Judiciário. Hoje, constata-se que o Brasil está se firmando como um país que privilegia a arbitragem, com uma lei e um Judiciário favoráveis ao seu desenvolvimento. Todavia, persistem dúvidas quanto a vários temas, principalmente sobre aqueles relativos à participação da Administração Pública, face aos princípios que informam sua atuação, considerados essenciais nesse setor pelo legislador constituinte.

Discutir-se-ão nesse trabalho dois pontos relativos à elaboração da convenção de arbitragem: a determinação do idioma a ser empregado no procedimento e a escolha da sede do tribunal arbitral. Serão abordados, inicialmente, aspectos gerais que devem ser considerados na determinação do idioma a ser adotado no procedimento arbitral e posteriormente será dado enfoque ao tema sob a ótica da participação da Administração Pública. Também sob esta perspectiva, serão discutidos aspectos relativos à escolha da sede do tribunal arbitral.

II. IMPORTÂNCIA/CONSEQUÊNCIAS DA ESCOLHA DO IDIOMA DO PROCEDIMENTO ARBITRAL

A *International Bar Association* (IBA) publicou em 2010 um estudo sobre a redação de convenções de arbitragem e elaborou diretivas para auxiliar as partes quanto a esse aspecto³. As Regras da IBA recomendam que as partes, na redação da cláusula compromissória, devem prever a língua do procedimento. Quando as partes se colocam de acordo quanto a essa questão, há significativa economia de tempo e dinheiro, evitando que essa seja mais uma questão a ser decidida pelo tribunal arbitral.

A escolha determina o idioma que será usado nas alegações escritas apresentadas pelas partes ao tribunal arbitral, sustentações orais, se houver, ordens processuais e sentença arbitral feitas pelos árbitros e nas audiências.

Geralmente, a escolha de uma língua para o procedimento não impede que sejam apresentadas provas (documentos, depoimentos de testemunhas) em outro idioma. Como regra, admite-se a possibilidade de que provas sejam apresentadas em outro idioma, com tradução⁴. Todavia, a prática arbitral, no Brasil e exterior, tem sido no sentido de admitir a apresentação dessas provas, sem tradução, se os outros integrantes do procedimento (árbitros e outra parte) puderem compreendê-las⁵.

Em alguns casos, quando há documentos em mais de um idioma, não é incomum a escolha de duas línguas para o procedimento arbitral, o que não é considerada a melhor prática⁶. Recomenda-se a escolha de uma língua para o procedimento e a permissão para apresentação de documentos ou depoimentos de testemunhas em outro idioma. Se o outro idioma for do conhecimento de todos, a prova será apresentada no seu idioma original, sem tradução; caso contrário, a prova será apresentada com tradução.

³ IBA Guidelines for Drafting International Arbitration Clauses, adotado por uma resolução do IBA Council, de 7 de Outubro de 2010.

⁴ V. IBA Rules on the Taking of evidence in International Arbitration (2010), Art. 3. Documents 12. “With respect to the form of submission or production of Documents: (...) (d) translations of Documents shall be submitted together with the originals and marked as translations with the original language identified.”

⁵ Nessa linha, a minuta de contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, 2010, cláusula 31.5: “d) O idioma a ser utilizado no processo de arbitragem será a língua portuguesa. As Partes poderão, todavia, instruir o processo com depoimentos ou documentos em qualquer outro idioma se os árbitros assim decidirem, sem necessidade de tradução oficial.”

⁶ V. IBA Guidelines for drafting international arbitration clauses, comentário, item 40, p. 18.

É interessante frisar que se deve evitar a apresentação de depoimentos com tradução, pois alguns equívocos podem ocorrer, sem que isso possa ser percebido e corrigido pela parte a quem a prova aproveita. Esses equívocos são menos sérios nos casos de apresentação de prova escrita, pois há tempo para que se possa rever a tradução e corrigir as eventuais falhas e sentidos ambíguos, o que não ocorre na apresentação de um depoimento oral em audiência.

Sobre o tema, vale mencionar a pesquisa de campo feita pela *University of London, Queen Mary, School of International Arbitration* e um escritório de advocacia com atuação internacional, divulgada em 2010, sobre as escolhas feitas em arbitragens internacionais⁷. Como resultado dessa pesquisa, constatou-se que as empresas entrevistadas têm uma política mais definida sobre a adoção da regra da confidencialidade e escolha da língua da arbitragem – não aceitando ceder quanto a esses aspectos – e são mais flexíveis com relação à escolha da lei e sede da arbitragem.

Em síntese, recomenda-se que as partes cheguem a um acordo sobre a escolha da língua a ser adotada no procedimento arbitral. O que deve ser levado em conta para se chegar a esse consenso?

(1) *domínio da língua pelos advogados, partes e testemunhas.*

O domínio da língua pelas partes envolvidas facilita enormemente o procedimento arbitral, diminuindo principalmente os seus custos. Como já mencionado, nada impede que as testemunhas deponham em outro idioma, com tradução, ou até mesmo, sem tradução, se possível.

(2) *domínio da língua pelos árbitros.*

As partes devem estar cientes que a escolha do idioma da arbitragem pode vir a facilitar ou dificultar a escolha dos árbitros. Parece óbvio que a escolha de idiomas menos conhecidos restringe bastante o quadro de árbitros com potencial de julgar a causa. Isso há que ser levado em conta no caso concreto. De um lado, há que se verificar a eficiência do procedimento, que é o grande objetivo da determinação do idioma, e, por outro lado, a possível dificuldade na escolha de árbitros que essa escolha pode causar.

Relata-se interessante caso patrocinado pela CCI, que envolvia uma parte sérvia e outra norte-americana de origem sérvia. Na hipótese, as partes escolheram o sérvio como idioma oficial do procedimento arbitral. A CCI enfrentou dificuldades na formação do tribunal arbitral, tendo em vista o art. 9º das suas regras que prevê que o

⁷ 2010 International Arbitration Survey: Choices in International Arbitration.

presidente do tribunal arbitral ou o árbitro único preferencialmente não deve ter a nacionalidade de uma das partes⁸. É de se imaginar que a indicação de um árbitro com domínio do idioma sérvio e que não fosse sérvio não foi tarefa fácil⁹.

Importante mencionar que os árbitros indicados pelas partes e o presidente do tribunal só devem aceitar as indicações se tiverem um conhecimento adequado do idioma escolhido. Isso está previsto no IBA *Rules of Ethics for International Arbitrators* – art. 2º¹⁰.

Decisões judiciais sobre esse ponto se recusaram a adentrar o exame do conhecimento dos árbitros sobre a língua do procedimento arbitral: *Société La Belle Créole v. Société the Gemtel Partnership* (Tribunal de Grande Instance, 1990)¹¹; *JDA Software France et JDA Worldwide v. SA Kiabi* (Corte Apelação Paris, 2002)¹²; *Bargues Agro Industrie v. Young Pecan* (Corte Apelação Paris, 2005)¹³. Em todos os casos, a parte insatisfeita com o laudo recorreu ao Judiciário pleiteando a sua anulação, sob o argumento de que um dos árbitros não tinha conhecimento adequado do idioma da arbitragem. Os tribunais franceses determinaram que compete ao próprio árbitro decidir sobre o seu conhecimento do idioma da arbitragem, não podendo o Judiciário substituí-lo nessa verificação. Ressaltaram também que as partes poderiam ter feito esse exame quando da formação do tribunal, o que não é admitido após o laudo ser proferido.

(3) ligação com a lei aplicável ao mérito.

Apesar de, em tese, ser possível, por exemplo, uma arbitragem em inglês com aplicação da lei francesa, isso não é o ideal, pois há conceitos jurídicos do direito francês que são mais bem explicados pela língua original. Portanto, recomenda-se uma coincidência entre o idioma e a lei aplicável ao mérito, para melhor eficiência do procedimento.

No caso de não haver consenso entre as partes, o idioma da arbitragem será determinado pelo tribunal arbitral. Para isso, o tribunal levará em conta a língua do

⁸ Regulamento de Arbitragem CCI: “Artigo 13 Nomeação e confirmação dos árbitros (...) 5 O árbitro único, ou o presidente do tribunal arbitral, deverá ser de nacionalidade diferente das partes. Todavia, em circunstâncias adequadas e desde que nenhuma das partes faça objeção dentro do prazo fixado pela Corte, o árbitro único ou o presidente do tribunal arbitral poderá ser do país do qual uma das partes é nacional”.

⁹ CCI Case 13798, citado por Tibor Várady, *Language-related strategies in preparing arbitration*, *Across Languages and Cultures*, vol. 7 (2006), p. 211.

¹⁰ Disponível em http://www.int-bar.org/images/downloads/pubs/Ethics_arbitrators.pdf.

¹¹ Fouchard, Gaillard e Goldman, *International Commercial Arbitration*, p. 501. *Revue de l'Arbitrage*, 1990, p. 176 e ss.

¹² Tibor Várady, *Language-related strategies in preparing arbitration*, *Across Languages and Cultures*, vol. 7 (2006), p. 215-6.

¹³ *Yearbook of Commercial Arbitration*, vol. 30, (2005), p. 499 e ss.

contrato, da convenção de arbitragem, das correspondências trocadas entre as partes, e a nacionalidade das partes¹⁴. Algumas câmaras de arbitragem adotam uma língua padrão no silêncio das partes¹⁵.

III. IMPORTÂNCIA/CONSEQUÊNCIAS DA ESCOLHA DO IDIOMA PELO ENTE ESTATAL

Como se pode facilmente inferir, a escolha do idioma da arbitragem deve essencialmente objetivar a eficiência do procedimento arbitral. Nos casos de arbitragens envolvendo o Estado, ou suas subdivisões políticas ou administrativas, outros elementos são levados em conta, tais como soberania e orgulho nacional, o que, a princípio, não é desejável. A respeito, vale mencionar arbitragem patrocinada pela CCI entre uma empresa russa e outra ucraniana. A Constituição ucraniana de 1996 estabeleceu que a língua oficial do país é o ucraniano. A empresa ucraniana, apesar do domínio do idioma russo pelas partes, advogados, testemunhas, por razões de orgulho nacional, exigiu a escolha do inglês, o que tornou o procedimento arbitral bem mais complexo¹⁶.

Algumas Constituições determinam o uso obrigatório de um idioma no país ou em questões envolvendo autoridades públicas. Pergunta-se se essas regras se aplicam também a procedimentos arbitrais com sede no país e envolvendo autoridades locais. Decisão recente da Corte Constitucional Russa, de outubro de 2010, enfrentou essa questão tendo em vista arbitragem com sede na Rússia, que foi levada a cabo em russo (língua escolhida pelas partes), mas com apresentação de documentos em outro idioma. A parte vencida recorreu ao Judiciário requerendo a anulação do laudo, sob o argumento de que a aceitação pelo tribunal arbitral de documentos em outro idioma desrespeitava tanto o acordo entre as partes que havia determinado a utilização do idioma russo, como a Constituição russa que prevê o russo como idioma oficial do país. A Corte constitucional decidiu que a apresentação de documentos em outro idioma não violava a vontade das partes e tampouco a Constituição russa. Afirmou também que as partes

¹⁴ IBA Guidelines for Drafting International Arbitration Clauses, p. 18.

¹⁵ Tibor Várady, Language-related strategies in preparing arbitration, *Across Languages and Cultures*, vol. 7 (2006), p. 212, citando o exemplo do art. 67 das Regras da CIETAC, de 2005, que definem o chinês como língua padrão.

¹⁶ Tibor Várady, Language-related strategies in preparing arbitration, *Across Languages and Cultures*, vol. 7 (2006), p. 210.

poderiam ter escolhido outra língua para o procedimento arbitral, implicitamente admitindo uma arbitragem em idioma estrangeiro¹⁷.

No Brasil, o uso do idioma português é expressamente exigido em arbitragens regidas seja pela lei de Concessões, seja pela lei das PPPs ou com base no modelo de contrato de concessão da ANP¹⁸.

Há manifestações do TCU que inadmitiram a arbitragem envolvendo a Administração Pública, e que afirmaram que arbitragem em língua estrangeira violaria o art. 13 da CF¹⁹, com o que não se concorda necessariamente. É óbvio que nas hipóteses em que a lei faz essa exigência, a escolha do português é obrigatória. Todavia, esse aspecto há que ser verificado caso-a-caso. Sempre que possível, a arbitragem envolvendo a Administração deve ser desenvolvida em português, pois isso facilitará o acompanhamento do procedimento pelas autoridades públicas envolvidas. Mas não se pode partir da premissa de que uma arbitragem desse tipo não possa ser em idioma estrangeiro, caso seja o mais eficiente no caso concreto.

IV. IMPORTÂNCIA/CONSEQUÊNCIAS DA ESCOLHA DA SEDE

A determinação da sede da arbitragem pode resultar de acordo entre as partes ou ser decidida pelo tribunal arbitral. Obviamente a escolha pelas partes sempre é mais indicada, pois significa uma economia de tempo e dinheiro, bem como uma garantia de previsibilidade do resultado.

Regras da IBA – *Guidelines for Drafting International Arbitration Clauses* de 2010 – recomendam que as partes definam a sede da arbitragem. Essa escolha deve levar em conta questões práticas (conveniência, proximidade, familiaridade com língua

¹⁷ Decreto de 19.10.2010. Comentário à decisão disponível em <http://cisarbitration.com/2010/12/27/russian-constitutional-court-on-language-in-arbitration-proceedings/>.

¹⁸ Lei de Concessões - Lei 8.987, 13 de fevereiro de 1995: “Art. 23-A. O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)”. Lei de PPP - Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004: “Art. 11. O instrumento convocatório conterá minuta do contrato, indicará expressamente a submissão da licitação às normas desta Lei e observará, no que couber, os §§ 3º e 4º do art. 15, os arts. 18, 19 e 21 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, podendo ainda prever: (...) III – o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para dirimir conflitos decorrentes ou relacionados ao contrato”. Modelo de Contrato de Concessão adotado na 10ª Rodada de Licitações pela ANP: “Cláusula 31. 2.5. Arbitragem ‘ad hoc’ (...) d) O idioma a ser utilizado no processo de arbitragem será a língua portuguesa. As Partes poderão, todavia, instruir o processo com depoimentos ou documentos em qualquer outro idioma se os árbitros assim decidirem, sem necessidade de tradução oficial”.

¹⁹ Acórdão nº 631/2003 Plenário, Rel. Min. Marcos Vinícios Vilaça, unânime, j. 04.06.03, DOU 13.06.03.

e cultura, neutralidade, existência de árbitros qualificados no país escolhido) – que nem sempre são determinantes – e aspectos jurídicos, que são inúmeros e fundamentais.

Quanto às consequências jurídicas da determinação da sede da arbitragem, primeiramente há que se frisar que atualmente não há dúvidas de que a sede não tem nenhuma influência sobre a lei aplicável ao mérito da arbitragem. É verdade que nem sempre foi assim. Originalmente, recomendava-se aos árbitros o recurso às regras de conexão do foro, equiparando-se o árbitro ao juiz de direito, sistema que foi gradativamente abandonado²⁰. Posteriormente, concluiu-se que o recurso às regras de conexão do foro não é a alternativa mais adequada e a questão passa a ter várias possíveis soluções. Regulamentos de arbitragem aprovados na década de 90 retratam essa evolução²¹. A tendência atual é que o tribunal arbitral aplique a lei material mais apropriada ao caso concreto, sem que parâmetros sejam estabelecidos para tal propósito.

Todavia, a sede tem influência direta sobre o procedimento arbitral. Isso se manifesta quando os tribunais estatais do país da sede são chamados a prestar assistência ao procedimento arbitral (apontando árbitro no caso de recalcitrância ou árbitro substituto no caso de impedimento, executando medidas cautelares ou auxiliando na coleta da prova) ou até mesmo determinando a suspensão do procedimento arbitral. Essas cortes têm também jurisdição para a anulação do laudo.

Em síntese, a escolha pelas partes da sede da arbitragem deve recair em país:

(1) *que seja parte da Convenção de Nova York.*

Esse aspecto irá facilitar o reconhecimento extraterritorial do laudo. O art. I, nº 1, da Convenção de Nova York delimita seu escopo ao prever sua aplicação ao reconhecimento e à execução de sentenças arbitrais estrangeiras proferidas no território de um Estado que não o Estado em que se busque o reconhecimento e a execução de tais sentenças, oriundas de divergências entre pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas.

²⁰ Jacob Dolinger e Carmen Tiburcio, *Arbitragem comercial internacional*, 2003, p. 263 e ss.

²¹ V. Regras da American Arbitration Association, 2009: “Art. 28- Applicable Laws and remedies. 1. The tribunal shall apply the substantive law(s) or rules of law designated by the parties as applicable to the dispute. Failing such a designation by the parties, the tribunal shall apply such law(s) or rules of law as it determines to be appropriate. 2. In arbitrations involving the application of contracts, the tribunal shall decide in accordance with the terms of the contract and shall take into account usages of the trade applicable to the contract.” As Regras de Arbitragem da CCI, 2012, determinam: “Art. 21. 1. As partes terão liberdade para escolher as regras jurídicas a serem aplicadas pelo Tribunal Arbitral ao mérito da controvérsia. Na ausência de acordo entre as partes, o Tribunal Arbitral aplicará as regras que julgar apropriadas. 2. Em todos os casos, o Tribunal Arbitral levará em consideração os termos do contrato e as práticas comerciais pertinentes”.

Importante regra está disposta no nº 3 do art. I, no sentido de que, quando da assinatura, ratificação ou adesão à Convenção, qualquer Estado poderá declarar que aplicará a Convenção ao reconhecimento e à execução de sentenças proferidas unicamente no território de outro Estado membro²², ou quanto a divergências oriundas de questões comerciais. A despeito dessa possibilidade, o Brasil não fez qualquer reserva ao aderir à Convenção²³. Portanto, no caso brasileiro, reconhece-se o laudo arbitral estrangeiro com base na referida Convenção ainda que o laudo tenha sido proferido em país que dela não seja parte. Note-se, porém, que vários países fizeram essa reserva²⁴.

(2) *que tenha legislação favorável à arbitragem.*

Parece intuitivo que não se deve escolher como sede da arbitragem país que tenha uma legislação ultrapassada sobre o tema, pois o Judiciário local a tomará como base para proferir suas decisões de assistência ao procedimento arbitral e as de suspensão do procedimento e anulação do laudo.

(3) *que considere o objeto do litígio arbitrável.*

A arbitrabilidade do litígio pode ser determinada por várias leis, dentre as quais: lei da sede da arbitragem; lei que rege o mérito da controvérsia; lei do lugar da execução do laudo²⁵.

É inequívoco que o ordenamento jurídico do país da sede da arbitragem tem importante influência quanto a esse ponto, a despeito de outras leis também regerem a questão. Não parece lógico que a escolha das partes recaia sobre país que considere o litígio em questão inarbitrável. Assim, exemplificadamente, caso se trate de questão envolvendo a exploração e produção de petróleo, não faria sentido se escolher como sede país que considere essa matéria não passível de solução pela via arbitral.

(4) *cujo judiciário tenha uma posição pró-arbitragem (favor arbitratis).*

²² Convenção de Nova York: “Art. I.3 - Quando da assinatura, ratificação ou adesão à presente Convenção, ou da notificação de extensão nos termos do Artigo X, qualquer Estado poderá, com base em reciprocidade, declarar que aplicará a Convenção ao reconhecimento e à execução apenas de sentenças proferidas unicamente no território de outro Estado signatário. Poderá igualmente declarar que aplicará a Convenção somente a divergências oriundas de relacionamentos jurídicos, sejam eles contratuais ou não, com relação a uma matéria passível de solução mediante arbitragem Estado que fizer tal declaração”.

²³ Jacob Dolinger e Carmen Tiburcio, *Arbitragem comercial internacional*, 2003, p. 43-4.

²⁴ Note-se que mais da metade dos Estados ratificantes fez a reserva de reciprocidade, inclusive a França, país onde a arbitragem tem um papel de destaque, demonstrando que quanto a esse ponto o Brasil adotou uma postura bastante ousada, pró arbitragem. Fouchard, Gaillard e Goldman, *Traité de l'Arbitrage Commercial International*, 1996, p. 149.

²⁵ O direito convencional determina a aplicação de várias leis para reger a arbitrabilidade do litígio. V. Convenção de Genebra de 1961, art. VI e Convenção de Nova York, art. V.

Como o Judiciário do país da sede tem relevante papel de auxílio ao tribunal arbitral, bem como é o único competente para a anulação do laudo, não faria sentido que a escolha recaísse em país cujo Judiciário tem posição notadamente contrária à arbitragem, como ocorria com o Brasil antes da promulgação da Lei nº 9307/96.

Ademais, deve-se observar, com base na Convenção de Nova York, que a legislação do país da sede também pode regular a capacidade das partes para participar de arbitragens²⁶, a formação do tribunal arbitral²⁷ e o procedimento arbitral²⁸. Além disso, não somente o Judiciário do país da sede é o competente para a ação de anulação do laudo, mas também se aplica a lei local para determinar as hipóteses em que a anulação é cabível. Decisão interessante da Corte de Apelação de Londres enfatizou esse ponto. Tratava-se de contrato de seguro com aplicação de lei material de Nova York e com cláusula compromissória com sede em Londres. Houve uma controvérsia entre o segurado e a seguradora e instituiu-se tribunal arbitral para julgar a questão, que decidiu que a seguradora deveria pagar o prêmio ao segurado. Insatisfeita, a seguradora pretendeu ajuizar ação anulatória em Nova York, em razão da cláusula de lei aplicável. A Corte londrina expediu uma ordem para que a empresa seguradora se abstinhasse de litigar em Nova York (*antisuit injunction*), pois somente o Judiciário de Londres seria competente para essa ação anulatória. Todavia, é interessante ressaltar, a decisão da corte londrina também afirmou que a lei inglesa seria a única aplicável às hipóteses de anulação do laudo, o que traz importantes consequências²⁹.

Sobre a expedição de ordem dessa natureza, que tem por finalidade impedir a parte de litigar no exterior, interessante lembrar que a *anti-suit injunction* é comum entre os países da *common law*³⁰, mas não é admitida, como regra, nos países de tradição romano germânica³¹. Tais ordens são geralmente expedidas nas hipóteses de

²⁶ Art. V.1. a da Convenção de Nova York.

²⁷ Art. V.1. d da Convenção de Nova York.

²⁸ Art. V.1. d da Convenção de Nova York.

²⁹ C v D (2007) “By choosing London as the seat of an arbitration, the parties were to be taken to have agreed that proceedings on the award should be only those permitted by English law. A choice of seat for the arbitration was a choice of forum for remedies seeking to attack the award”. CIVIL PROCEDURE - ARBITRATION - CONFLICT OF LAWS - COSTS – INSURANCE CA (Civ Div) (Sir Anthony Clarke MR, Longmore LJ, Jacob LJ) 5/12/2007 References: LTL 5/12/2007 : (2008) 1 Lloyd’s Rep 239 : (2007) 2 CLC 930 : Times, January 16, 2008 Document No.: Case Law - AC0115678.

³⁰ Paulo Borba Casella e Daniel Gruenbaum, Homologação de sentença arbitral estrangeira anulada, Revista de Arbitragem e Mediação, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 207-251, 2006.

³¹ A despeito de não ser admitida, V. decisão da Corte de Cassação francesa que entendeu que a anti-suit injunction não fere a ordem pública francesa. Iere Chambre civile, 14.10.2009. “CONFLIT DE

cláusula de eleição de foro e cláusula compromissória e quando há desrespeito dessas cláusulas por uma das partes da relação jurídica. O Judiciário escolhido pelas partes como competente ou o do país da sede da arbitragem, diante do descumprimento de qualquer dessas cláusulas, expede a ordem dirigida à parte inadimplente e não ao tribunal estrangeiro, que não poderia se submeter a qualquer ordem dessa natureza.

A respeito, vale lembrar a decisão da Corte Européia de 2009, no caso *West Tankers*³². No caso, a Câmara dos Lordes britânica suscitou dúvida endereçada à Corte Européia quanto à possibilidade de expedição de ordem para impedir que uma das partes recorresse a um tribunal italiano (Siracusa) a despeito de cláusula compromissória fixando a sede em Londres. Primeiramente, a Corte decidiu que, nada obstante o Regulamento 44/2001 determinar que não se aplicaria a arbitragens, a hipótese diz respeito ao exercício da jurisdição e, portanto, no âmbito do referido Regulamento. Também decidiu que os tribunais ingleses não poderiam expedir *anti-suit injunctions* para evitar que a parte ajuizasse ação perante os tribunais italianos³³. Assim, os juízes ingleses não mais podem expedir tais ordens no caso de desrespeito de cláusulas de arbitragem com sede em Londres se uma das partes recorrer ao Judiciário de outro país que integre a União Européia.

Na pesquisa já mencionada da *University of London, Queen Mary, School of International Arbitration*, de 2010, os entrevistados afirmaram que a escolha da sede é

JURIDICTIONS - Effets internationaux des jugements - Reconnaissance ou exequatur - Clause attributive de compétence à la juridiction étrangère ayant statué – Effet. Un contrat de distribution exclusive conclu entre une société américaine et une société française comportant une clause attributive de compétence aux juridictions américaines, une cour d’appel retient exactement, d’abord, qu’eu égard à cette clause librement acceptée par les parties, aucune fraude ne peut résulter de la saisine par la société américaine de la juridiction expressément désignée comme compétente et ensuite, qu’il ne peut y avoir privation de l’accès au juge, dès lors que la décision du juge américain, interdisant à la partie française de poursuivre la procédure engagée devant un tribunal français, a précisément pour objet de statuer sur sa propre compétence et pour finalité de faire respecter la convention attributive de compétence souscrite par les parties. CONFLIT DE JURIDICTIONS - Effets internationaux des jugements - Reconnaissance ou exequatur - Conditions - Absence de contrariété à l’ordre public international - Caractérisation - Défaut - Cas - “Anti suit injunction” hors champ d’application de conventions ou du droit communautaire – Condition. N’est pas contraire à l’ordre public international, l’”anti suit injunction” dont, hors champ d’application de conventions ou du droit communautaire, l’objet consiste seulement à sanctionner la violation d’une obligation contractuelle préexistante. V. TJ/RJ, *DJ*. 14.ago.2009, AI 2009.002.21481, Rel. Des. André Andrade.

³² Judgment of the Court (Grand Chamber) of 10 February 2009 (reference for a preliminary ruling from the House of Lords (United Kingdom)) — Allianz SpA, formerly Riunione Adriatica di Sicurta SpA, Generali Assicurazioni Generali SpA v West Tankers Inc; Caso C 185-07, julgado em 2009 e publicado no Official Journal of the European Union, 4.4.2009, C 82/4.

³³ “It is incompatible with Council Regulation (EC) No 44/2001 of 22 December 2000 on jurisdiction and the recognition and enforcement of judgments in civil and commercial matters for a court of a Member State to make an order to restrain a person from commencing or continuing proceedings before the courts of another Member State on the ground that such proceedings would be contrary to an arbitration agreement”.

definida pela infraestrutura legal do país, pela lei que rege o contrato e pela conveniência. Londres, Paris, Nova York e Genebra são os países preferidos para sediar arbitragens e mencionam-se vários outros países que emergem também como boas alternativas³⁴.

Na ausência de escolha, a sede é determinada pelo tribunal arbitral ou pela instituição arbitral, o que não é desejável, tendo em vista as inúmeras consequências dessa escolha. Em algumas arbitragens institucionais, na ausência de escolha, a sede já é preestabelecida³⁵. Note-se, porém, que na hipótese de arbitragens *ad hoc*, essa fixação se mostra ainda mais complexa. No caso, não haverá um Judiciário em princípio apto a auxiliar a parte que deseja instituir a arbitragem, se houver recalcitrância da parte contrária, diante da regra de que o Judiciário do país da sede deve desempenhar esse papel.

V. IMPORTÂNCIA/CONSEQUÊNCIAS DA ESCOLHA DA SEDE PELO ENTE ESTATAL

Além dos aspectos práticos e jurídicos já apontados referentes à escolha da sede, quando uma das partes na arbitragem é um ente público há que se atentar para o problema adicional da imunidade de jurisdição/ execução.

A imunidade de jurisdição é princípio oriundo do direito internacional público, que decorre da soberania e da igualdade entre Estados, fundamentos da premissa de que nenhum Estado está submetido, ao menos no plano jurídico, a qualquer outro³⁶. A expressão engloba a imunidade de jurisdição *stricto sensu* – a impossibilidade do beneficiário do privilégio imunitório submeter-se a juízo estrangeiro –; e a imunidade de execução – a impossibilidade de realização de atos de constrição forçada sobre bens de propriedade dos mesmos beneficiários.

Primeiramente discute-se se é possível alegar imunidade de jurisdição perante a arbitragem. A doutrina majoritária conclui pela impossibilidade; registram-se alguns

³⁴ 2010 International Arbitration Survey Choices in International Arbitration, p. 17-20.

³⁵ LCIA Arbitration Rules, **Article 16, Seat of Arbitration and Place of Hearings**: “16.1: The parties may agree in writing the seat (or legal place) of their arbitration. Failing such a choice, the seat of arbitration shall be London, unless and until the LCIA Court determines in view of all the circumstances, and after having given the parties an opportunity to make written comment, that another seat is more appropriate”.

³⁶ Carmen Tiburcio e Luís Roberto Barroso, *Direito Constitucional Internacional*, 2013, p. 421 e ss.

casos nos quais o princípio foi argüido, mas não reconhecido pelo tribunal arbitral³⁷. Note-se que faz sentido o não reconhecimento do princípio na arbitragem, já que a sua origem remonta à impossibilidade de que um Estado submeta outro a julgamento. Como os Estados são igualmente soberanos, um não pode julgar o outro, pois o Estado julgador estaria se colocando em uma posição hierarquicamente superior à do Estado julgado, o que violaria a regra da igualdade entre os Estados. No caso da arbitragem, o Estado estará sendo julgado por tribunal não submetido a nenhum outro Estado e assim a premissa da imunidade não estará presente.

Porém, perante o Judiciário a questão não é tão pacífica. Há duas situações possíveis de recurso ao Judiciário em arbitragens: (1) casos que dizem respeito à atuação do Judiciário no auxílio do tribunal arbitral e (2) situações que envolvem a execução das decisões arbitrais.

No primeiro caso, questiona-se se o ente estatal pode alegar a imunidade em procedimentos judiciais que visem à implementação da cláusula no caso de recalcitrância de uma das partes, nomeação ou substituição de árbitros, cautelares, suspensão do procedimento ou até mesmo a anulação do laudo. Nesses casos, desenvolve-se um consenso de que a alegação da imunidade não é possível, pois a existência da cláusula compromissória representaria uma renúncia ao benefício imunitário para essas questões. Nesse sentido, a Convenção Européia sobre Imunidade dos Estados, de 1972, art. 2³⁸, Convenção Européia sobre Arbitragem Comercial Internacional de 1961, art. II³⁹, Convenção das Nações Unidas sobre Imunidade

³⁷ A doutrina menciona alguns casos em que a parte estatal alegou a imunidade de jurisdição em arbitragem. Em todos, não se reconheceu o benefício: (1) *Société de Grands Travaux de Marseille v. East Pakistan Industrial Development Corporation* (CCI, Proc. n. 1803); (2) *Solel Boneh International Ltd. and Water Resources Development International v. Republic of Uganda and National Housing and Construction Corporation of Uganda* (CCI, Proc. n. 2321); (3) *S.P.P. (Middle East), Ltd., Couthern Pacific Properties, Ltd. vs. The Arab Republic of Egypt, The Egyptian General Company four Tourism and Hotels* (CCI, Proc. n. 3493); (4) *Westland Helicopters Ltd. vs. The Arab Organisation for Industrialization, United Arab Emirates, Saudi Arabia, Qatar, Egypt, Arab British Helicopter Company* (CCI, Proc. n. 3879); (5) *Iptrade International v. Ministry of Defense of Nigeria* (CCI, Proc. n. 2949). LANGKEIT, Jochen. *Staatenimmunität und Schiedsgerichtsbarkeit: verzichtet ein Staat durch Unterzeichnung einer Schiedsgerichtsvereinbarung auf seine Immunität?* Heidelberg: Verlag Recht und Wirtschaft, 1989. p. 56-62, apud Leandro Moll, *Imunidade Arbitral*, Revista de Arbitragem e Mediação, São Paulo, ano 8, n.30, 2011.

³⁸ Convenção Europeia sobre Imunidade dos Estados: “Article 2 A Contracting State cannot claim immunity from the jurisdiction of a court of another Contracting State if it has undertaken to submit to the jurisdiction of that court either: a) by international agreement; b) by an express term contained in a contract in writing; or c) by an express consent given after a dispute between the parties has arisen”.

³⁹ Convenção Europeia sobre Arbitragem Comercial Internacional: “Article II: 1. In cases referred to in Article I, paragraph 1, of this Convention, legal persons considered by the law which is applicable to them as "legal persons of public law" have the right to conclude valid arbitration agreements. 2. On

Jurisdicional dos estados e seus bens, art. 17⁴⁰, e Convenção de Washington de 1965, art. 26⁴¹. Não obstante tais disposições convencionais, é de se registrar que essa tendência não é pacífica.

Questão da maior importância é a verificação se o ente que celebrou a convenção de arbitragem tem poderes para renunciar ao benefício da imunidade de jurisdição, o que torna a questão ainda mais complexa. Sabe-se que somente o titular do benefício pode a ele renunciar. Por essa razão, as convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas⁴² e Consulares⁴³ exigem para a renúncia a anuência do Estado acreditante. Assim, caso a convenção de arbitragem seja celebrada pelo próprio Estado, a regra da renúncia implícita se aplica. Todavia, se a convenção de arbitragem é feita por quem não é titular da soberania (empresa pública, sociedade de economia mista, estado-membro...) a questão não parece tão simples e a regra da renúncia implícita não se aplicará.

Por outro lado, nos casos de execução do laudo arbitral, o benefício parece ainda de mais difícil flexibilização. Há poucas exceções que expressamente afirmam que não há imunidade de execução nesses casos, o que é a hipótese da lei de imunidade de

signing, ratifying or acceding to this Convention any State shall be entitled to declare that it limits the above faculty to such conditions as may be stated in its declaration”.

⁴⁰ Convenção das Nações Unidas sobre Imunidade Jurisdicional dos Estados e seus Bens: “Article 17 If a State enters into an agreement in writing with a foreign natural or juridical person to submit to arbitration differences relating to a commercial transaction, that State cannot invoke immunity from jurisdiction before a court of another State which is otherwise competent in a proceeding which relates to: a) The validity, interpretation or application of the arbitration agreement; b) The arbitration procedure; or c) The confirmation or the setting aside of the award, unless the arbitration agreement otherwise provides”.

⁴¹ Convention on the Settlement of Investment Disputes between States and Nationals of Other States: “Article 26 Consent of the parties to arbitration under this Convention shall, unless otherwise stated, be deemed consent to such arbitration to the exclusion of any other remedy. A Contracting State may require the exhaustion of local administrative or judicial remedies as a condition of its consent to arbitration under this Convention”.

⁴² Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas: “Art. 32 - 1. O Estado acreditante pode renunciar a imunidade dos agentes diplomáticos e das pessoas que gozam da imunidade nos termos do artigo 37”.

⁴³ Convenção de Viena sobre Relações Consulares: “Art. 45 - 1. O Estado que envia poderá renunciar, com relação a um membro da repartição consular, aos privilégios e imunidades previstos nos artigos 41, 43 e 44. 2. A renúncia será sempre expressa, exceto no caso do disposto no parágrafo 3º do presente artigo, e deve ser comunicada por escrito ao Estado receptor. 3. Se um funcionário consular, ou empregado consular, propuser ação judicial sobre matéria de que goze de imunidade de jurisdição de acordo com o disposto no artigo 43, não poderá alegar esta imunidade com relação a qualquer pedido de reconvenção diretamente ligado à demanda principal. 4. A renúncia à imunidade de jurisdição quanto a ações civis ou administrativas não implicará na renúncia à imunidade quanto a medidas de execução de sentença, para as quais nova renúncia será necessária”.

jurisdição norte-americana (com a alteração de 1988)⁴⁴. Na França, a jurisprudência é pacífica nesse sentido há muito tempo⁴⁵.

A prática demonstra que dificilmente um ente estatal aceita se submeter à arbitragem com sede em país estrangeiro. A rigor, isso pode representar uma desvantagem para a parte contrária, pois o Judiciário do Estado envolvido terá amplos poderes nessa arbitragem, podendo até anular o laudo, o que já ocorreu com alguma frequência. Sobre esse ponto, registre-se importante discussão, com base na Convenção de Nova York, acerca da possibilidade de executar em um terceiro país um laudo anulado pelo Judiciário do país da sede. A regra tem sido não reconhecer esse laudo⁴⁶. Há, todavia, exceções na jurisprudência francesa: o art. VII da Convenção determina a aplicação da lei mais favorável à validade do laudo⁴⁷ e a lei francesa não prevê como motivo para não reconhecimento de laudo estrangeiro a anulação no país de origem⁴⁸.

No Brasil, em algumas situações específicas, exige-se a sede da arbitragem no Brasil: lei das PPPs, lei de concessões, modelo de contrato da ANP⁴⁹.

Tem-se questionado no Brasil se é possível que o ente público brasileiro aceite se submeter à arbitragem com sede no exterior. A resposta não é simples, nem única. Primeiramente, há que se excluir essa possibilidade para as arbitragens regidas pelas leis supracitadas que exigem a sede da arbitragem no Brasil. Nesses casos, parece inequívoco que essa exigência é imperativa.

⁴⁴ FSIA, § 1605 (a) (6) determina que o Estado estrangeiro não é imune à jurisdição norte-americana quando a ação para executar um laudo é regida por um tratado em vigor nos EUA.

⁴⁵ Creighton c. Qatar, Corte de Cassação, decisão de 6 de julho de 2000, JDI 2000, p. 1054.

⁴⁶ Jacob Dolinger e Carmen Tiburcio, *Arbitragem Comercial Internacional*, 2003, p. 253 e ss, Paulo Casella e Daniel Gruenbaum, Homologação de sentença arbitral estrangeira anulada.. Revista de Arbitragem e Mediação, São Paulo, v. 3, n. 9, 2006.

⁴⁷ Art. VII – “1. As disposições da presente Convenção não afetarão a validade de acordos multilaterais ou bilaterais relativos ao reconhecimento e à execução de sentenças arbitrais celebrados pelos Estados signatários nem privarão qualquer parte interessada de qualquer direito que ela possa ter de valer-se de uma sentença arbitral da maneira e na medida permitidas pela lei ou pelos tratados do país em que a sentença é invocada”.

⁴⁸ Paulo Casella e Daniel Gruenbaum, Homologação de sentença arbitral estrangeira anulada. Revista de Arbitragem e Mediação São Paulo, v. 3, n. 9, 2006.

⁴⁹ Contrato de Concessão: “Se a qualquer momento uma parte considerar que inexistem condições para uma solução amigável de disputa ou controvérsia a que se refere o parágrafo **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, deverá submeter essa disputa ou controvérsia a processo arbitral “ad hoc”, utilizando como parâmetro as regras estabelecidas no Regulamento da Corte de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional e em consonância com os seguintes preceitos: A escolha dos árbitros seguirá o rito estabelecido no Regulamento da Corte de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. Serão três os árbitros. Cada parte escolherá um árbitro. Os dois árbitros assim escolhidos designarão o terceiro árbitro, que funcionará como presidente. A cidade do Rio de Janeiro, Brasil, será a sede da arbitragem e o lugar da prolação da sentença arbitral”.

Situação diversa seria o caso de lei que autoriza a arbitragem com sede no exterior. A lei do petróleo, ao admitir expressamente a arbitragem internacional⁵⁰, prevê essa possibilidade e, neste caso, não haveria maiores dificuldades.

No caso de empresa pública ou sociedade de economia mista que desempenhem atividade econômica, seria razoável a analogia com o fundamento das decisões do STJ que admitiram a arbitragem sem lei autorizativa. O Tribunal sustentou que essas empresas foram equiparadas às empresas privadas e que nas contratações passariam a estar submetidas somente aos princípios que regem os contratos na administração pública e não à Lei 8666/93⁵¹. A conclusão lógica para esse raciocínio seria de que não somente essas empresas podem se submeter à arbitragem, mas podem admiti-la com sede no exterior, tal e qual as empresas privadas.

Quanto à República Federativa do Brasil, não haveria dúvidas. A despeito do tema já ter suscitado controvérsias em um passado recente, por conta da orientação da doutrina tradicional que se baseava na regra constitucional de competência da justiça federal para julgar as questões envolvendo a União Federal⁵², a questão atualmente não desperta maiores dificuldades⁵³. Da mesma forma que o país pode se submeter a um Judiciário estrangeiro em determinadas hipóteses, pode, em tese, se submeter a uma arbitragem com sede no exterior.

VI. NOTAS FINAIS

⁵⁰ Lei nº 9.478/97: “Art. 43. O contrato de concessão deverá refletir fielmente as condições do edital e da proposta vencedora e terá como cláusulas essenciais: (...)X - as regras sobre solução de controvérsias, relacionadas com o contrato e sua execução, inclusive a conciliação e a arbitragem internacional”.

⁵¹ “A sociedade de economia mista, quando engendra vínculo de natureza disponível, encartado no mesmo cláusula compromissória de submissão do litígio ao Juízo Arbitral, não pode pretender exercer poderes de supremacia contratual previsto na Lei 8.666/93.” (MS 11.308/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2008, DJe 19/05/2008). “Nestes termos, as sociedades de economia mista, encontram-se em situação paritária em relação às empresas privadas nas suas atividades comerciais, consoante leitura do artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, evidenciando-se a inocorrência de quaisquer restrições quanto à possibilidade de celebrarem convenções de arbitragem para solução de conflitos de interesses, uma vez legitimadas para tal as suas congêneres.” (AgRg no MS 11.308/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/06/2006, DJ 14/08/2006, p. 251). Neste sentido: REsp 612.439/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2005, DJ 14/09/2006, p. 299; REsp 904.813/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2011, DJe 28/02/2012.

⁵² Haroldo Valladao, DIP, vol III, 1978, p. 151, Pontes de Miranda, Comentários ao Código de Processo Civil, tomo II, 1973, p. 174 e ss, Jacob Dolinger, A imunidade jurisdicional dos Estados, Revista de Informação Legislativa 76: 63, 1982.

⁵³ Antenor Pereira Madruga Filho, A renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição, 2003, p. 359, Jacob Dolinger e Carmen Tiburcio, Arbitragem Comercial Internacional, 2003, p. 409.

A escolha do idioma e da sede do procedimento arbitral é circunstância determinante para o sucesso da arbitragem. A opção de língua desconhecida pelas partes, seus representantes ou pelos árbitros apresenta repercussões relevantes, notadamente *i)* a limitação das possibilidades de escolha do árbitro; *ii)* a má compreensão da legislação aplicável pelos árbitros; e *iii)* a ineficiência da comunicação entre o Tribunal e as partes. Em procedimentos envolvendo a Administração Pública, a escolha da língua merece duas considerações adicionais, *i)* a compatibilidade de tais escolhas com as normas que estabelecem a língua oficial de determinado Estado e; *ii)* a possibilidade de escolha de idioma estrangeiro, por imperativos de eficiência do procedimento.

A escolha da sede da arbitragem, a seu turno, influencia diretamente *i)* o reconhecimento da arbitrabilidade do litígio; *ii)* a possibilidade de homologação da decisão no estrangeiro, à luz da Convenção de Nova York; e *iii)* a concessão, quando necessário, de tutela jurisdicional para preservação ou prosseguimento do procedimento estatal. Quando a Administração Pública é parte na arbitragem, o tema assume maior relevância, diante das dúvidas quanto à possibilidade de escolha de sede estrangeira, bem como diante da circunstância de que, elegendo-se sede estrangeira, é possível que se enfrentem problemas envolvendo a imunidade de jurisdição do ente estatal envolvido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

2010 International Arbitration Survey: Choices in International Arbitration.
Disponível em
<http://www.whitecase.com/files/upload/fileRepository/2010International_Arbitration_Survey_Choices_in_International_Arbitration.pdf>.

BRASIL. Decreto nº 7.331, de 19/10/2010. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 20.dez.2010. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7331.htm>.

BRASIL. Lei nº 8.987, de 13/02/1995. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 14.fev.1995. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18987cons.htm.

BRASIL. Lei nº 9.478, de 06/08/1997. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 07.ago.1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm.

BRASIL. Lei nº 11.079, 30/12/2004. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 31.dez.2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgRg no MS 11.308/DF, Rel. Min. Luiz Fux. Julgado em 28/06/2006, **DJ** 14/08/2006, p. 251.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. MS 11.308/DF, Rel. Min. Luiz Fux. Julgado em 09/04/2008. **DJe** 19.mai.2008.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 612.439/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha. Julgado em 25/10/2005. **DJ** 14.set.2006, p. 299.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 904.813/PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 20/10/2011. **DJe** 28.fev.2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 631/2003, Rel. Min. Marcos Vinícios Vilaça. Julgado em 04/06/03. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 13.jun.2003.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. AI 200900221481, Rel. Des. André Andrade. **DJ** 14.ago.2009.

CASELLA, P. B.; GRUENBAUM, D. Homologação de sentença arbitral estrangeira anulada, **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, vol. 3, nº. 9, p. 207-251, abr/jun 2006.

CONVENÇÃO das Nações Unidas sobre Imunidade Jurisdicional dos Estados e seus Bens. Disponível em http://treaties.un.org/doc/source/RecentTexts/English_3_13.pdf.

CONVENÇÃO de Viena sobre Relações Consulares. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D61078.htm.

CONVENÇÃO de Viena sobre Relações Consulares. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D56435.htm.

CONVENÇÃO Europeia sobre Arbitragem Comercial Internacional, de 1961 (Convenção de Genebra). Disponível em <http://www.jus.uio.no/lm/europe.international.commercial.arbitration.convention.geneva.1961/>.

CONVENÇÃO Europeia sobre Imunidade dos Estados. Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy_of_anexos/convencao-europeia-sobre3197/.

CONVENÇÃO sobre o reconhecimento e a execução de sentenças arbitrais estrangeiras, feita em Nova York, em 10 de junho de 1958 (Convenção de Nova York). Aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 52, de 25/04/2002, e promulgada pelo Decreto nº 4.311, de 23/07/2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4311.htm.

CONVENTION on the Settlement of Investment Disputes between States and Nationals of Other States. Disponível em https://icsid.worldbank.org/ICSID/StaticFiles/basicdoc_archive/ICSID_English.pdf.

DE MIRANDA, F. C. P., **Comentários ao Código de Processo Civil,** tomo II. Ed. Forense, 1973. 187 p.

DOLINGER, J. A imunidade jurisdicional dos Estados, **Revista de Informação Legislativa**, vol. 19, nº 76, p. 53-80, jan/mar 1982.

DOLINGER, J.; TIBURCIO, C. **Arbitragem comercial internacional**. Ed. Renovar, 2003. 1078 p.

FOUCHARD, P.; GAILLARD, E.; GOLDMAN, B. **International Commercial Arbitration**. Ed. Kluwer Law International, 1999. 1280 p.

FOUCHARD, P.; GAILLARD, E.; GOLDMAN, B. **Traité de l'Arbitrage Commercial International**. Ed. Lexis Nexis, 1996. 1225 p.

FRANÇA. Cour de Cassation. Creighton v. Qatar, decisão de 6.jul.2000. **JDI**, p. 1054.

FRANÇA. Cour de cassation, Première chambre civile. **Arrêt nº 1016**. 14.out.2009. Disponível em <
http://www.courdecassation.fr/jurisprudence_2/premiere_chambre_civile_568/1016_14_13848.html>.

FRANÇA. Tribunal de Grande Instance. Société La Belle Créole v. Société the Gemtel Partnership. **Revue de l'Arbitrage**, 1990, p. 176.

FSIA - Foreign Sovereign Immunities Act. Disponível em <
<http://www.law.cornell.edu/uscode/text/28/part-IV/chapter-97>>.

IBA Guidelines for Drafting International Arbitration Clauses (2010). **International Bar Association**. Disponível em <
http://www.ibanet.org/Publications/publications_IBA_guides_and_free_materials.aspx#drafting>.

IBA Rules of Ethics for International Arbitrators (1987). **International Bar Association.** Disponível em <http://www.int-bar.org/images/downloads/pubs/Ethics_arbitrators.pdf>.

IBA Rules on the Taking of evidence in International Arbitration (2010). **International Bar Association.** Disponível em <<http://www.ibanet.org/Document/Default.aspx?DocumentUid=68336C49-4106-46BF-A1C6-A8F0880444DC>>.

KRYVOI, Y., Russian Constitutional Court on Language in Arbitration Proceedings. **CIS Arbitration Forum.** 27.dez.2010. Disponível em: <<http://cisarbitration.com/2010/12/27/russian-constitutional-court-on-language-in-arbitration-proceedings/>>.

LCIA Arbitration Rules. **The London Court of International Arbitration.** Disponível em <http://www.lcia.org/Dispute_Resolution_Services/LCIA_Arbitration_Rules.aspx>.

MADRUGA FILHO, A. P., **A renúncia à imunidade de jurisdição pelo Estado brasileiro e o novo direito da imunidade de jurisdição.** Ed. Renovar, 2003. 566 p.

MODELO de Contrato de Concessão adotado na 10ª Rodada de Licitações pela ANP. **Brasil Rounds – Licitações de petróleo e gás.** Superintendência de Promoção de Licitações – SPL. Disponível em <<http://www.brasil-rounds.gov.br/round10/portugues/edital.asp>>.

REGRAS da American Arbitration Association, 2009. Disponível em <http://www.adr.org/aaa/ShowProperty?nodeId=/UCM/ADRSTG_002037&revision=latestreleased>.

REGRAS de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, 2012. Disponível em <<http://www.iccwbo.org/Products-and-Services/Arbitration-and-ADR/Arbitration/Rules-of-arbitration/Download-ICC-Rules-of-Arbitration/ICC-Rules-of-Arbitration-in-several-languages/>>.

REINO UNIDO. C v D. LTL 5/12/2007 : (2008) 1 Lloyd's Rep 239 : (2007) 2 CLC 930 : **Times**, 16.jan.2008. Document No.: Case Law - AC0115678.

REINO UNIDO. Judgment of the Court (Grand Chamber) of 10 February 2009 (reference for a preliminary ruling from the House of Lords (United Kingdom)) — Allianz SpA, formerly Riunione Adriatica di Sicurta SpA, Generali Assicurazioni Generali SpA v West Tankers Inc. C 185-07, julgado em 2009. **Official Journal of the European Union**, 04.abr.2009, C 82/4.

TIBURCIO, C.; BARROSO, L. R. **Direito Constitucional Internacional**. Ed. Renovar, 2013. 643 p.

VALLADÃO, H. **Direito Internacional Privado**, vol. III. Ed. Freitas Bastos, 1978. 384 p.

VAN DEN BERG, A. J. (org.). **Yearbook of Commercial Arbitration**, Ed. Kluwer Law International, vol. 30, 2005. 1312 p.

VÁRADY, T. Language-related strategies in preparing arbitration, **Across Languages and Cultures**, Ed. Akadémiai Kiadó, vol. 7, nº 2, p. 209-226, 2006.